

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.313.338 - RS (2012/0047528-6)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : JORGE NOE FIGUEIREDO MATOS
ADVOGADO : LUCIANA RAMBO E OUTRO(S) - RS052877

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos pela UNIÃO contra decisão de e-STJ fls. 303/306.

Alega a embargante que a decisão padece de omissão ao não se pronunciar sobre a afronta ao art. 535 do CPC/1973.

Sem contrarrazões.

Passo a decidir.

O art. 1024, § 2º, do CPC/2015 prescreve que os embargos de declaração opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal serão decididos monocraticamente pelo órgão prolator da decisão embargada e, nos termos do art. 1022 do mesmo diploma, são admitidos quando houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão.

In casu, inexiste omissão a ser sanada.

Basta uma leitura da decisão embargada para se constatar que a alegada afronta ao art. 535 do CPC/1973 foi ali apreciada (e-STJ fls. 303/304).

Com essas considerações, **REJEITO** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA
Relator